



RENOVAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL PARA VENDA DE AVES VIVAS

Base legal: Inciso III, Artigo 14 da Lei nº 12.731

- (1) RAZÃO SOCIAL: _____
(2) CNPJ: _____ (3) INSCRIÇÃO ESTADUAL ou MEI: _____
(4) ENDEREÇO: _____
(5) COORDENADAS GEOGRÁFICAS (S) _____ (W) _____ MUNICÍPIO: _____
(6) TELEFONE DE CONTATO: _____
(7) MÉD. VETERINÁRIO RESPONSÁVEL: _____ CRMV(RS): _____

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO SVO	
A ()	A empresa deseja renovar o credenciamento, o parecer do SVO local é FAVORÁVEL e não há nenhuma alteração nos dados cadastrais acima. (Anexar o laudo de vistoria).
B ()	A empresa deseja renovar o credenciamento, o parecer do SVO local é FAVORÁVEL, porém há alteração nos dados cadastrais acima. Assinale com "X" o(s) item(s) que houver alteração: (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Nos casos de alterações dos itens (1) a (6) anexar também o ANEXO "A". Alteração no item (7) anexar o ANEXO "B". Nas situações em que ocorrer alterações de dados cadastrais concomitante com renovação, anexar também o laudo de vistoria.
C ()	Acréscimo de espécie(s) a serem comercializada(s): () Galinha () Codorna; () Galinha D`angola; () Peru; () Marreco; () Pato; () Ganso; () Silvestres/ Ornamentais;
D ()	A empresa manifesta interesse de renovar o credenciamento, porém o parecer do SVO local é DESFAVORÁVEL para a manutenção deste credenciamento. Anexar laudo de vistoria.
E ()	A empresa NÃO TEM interesse de renovar este credenciamento;
F ()	A empresa não foi localizada (proprietário não encontrado ou estabelecimento fechado).

IDA de jurisdição do estabelecimento:	Nome do responsável pelo estabelecimento:
Supervisão Regional:	CPF do responsável pelo estabelecimento:
Carimbo legível e assinatura responsável pela renovação SVO	Local e data:
	Assinatura do responsável pelo estabelecimento:



TERMO DE COMPROMISSO DO ESTABELECIMENTO

Pelo presente Termo, eu

CPF _____, representante legal do estabelecimento

CNPJ _____ comprometo-me em:

1. Conhecer a legislação vigente que rege o comércio de aves vivas, principalmente o Decreto Estadual nº 52.434, de 26/06/2015, a Instrução Normativa SEMA nº 01 de 27 de outubro de 2017 e a Portaria IBAMA nº 93/1998 de 7 de julho de 1998 e alterações;
2. Receber animais somente com o devido documento oficial de trânsito (GTA), documentos fiscais e demais documentos zoossanitários;
3. Receber e comercializar pintos de um dia e/ou aves recriadas somente oriundos de granja certificada/registrada de acordo com o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA);
4. Retirar a pendência das GTAs das aves recebidas, mediante a apresentação da documentação oficial de trânsito (GTA) no prazo máximo de trinta dias contados da data de sua emissão na Unidade Local;
5. Apresentar mensalmente o relatório de venda na inspetoria, para conferência;
6. Alimentar e tratar adequadamente os animais, nos termos de padrão, técnica ou de procedimento veterinário recomendado, preservando o bem-estar animal;
7. Dar o destino correto dos resíduos da atividade, de acordo com legislação ambiental vigente;
8. Comercializar somente para criadores de subsistência;
9. Manter atualizado registro das vendas, em modelo padrão, conforme disponibilizado pelo SVO (site do PESA), contendo as seguintes informações: GTA de origem, data, nome do comprador, telefone, endereço, município, espécie, quantidade e finalidade da criação. Caso a empresa opte por relatório digital, o mesmo deverá ser previamente aprovado pelo PESA;
10. O “Relatório de Vendas” e as GTAs (guias de trânsito animal) devem permanecer arquivados no estabelecimento e estar disponíveis para fiscalização do Serviço Veterinário Oficial a qualquer momento.
11. Comunicar imediatamente aos órgãos de Defesa Sanitária Animal qualquer caso de alta mortalidade repentina das aves, ou que apresentem enfermidades com sinais respiratórios, digestivos ou nervosos.

DECLARO que todas as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, que quaisquer alterações nessas informações serão imediatamente comunicadas à Inspeção de Defesa Agropecuária.

DECLARO também estar ciente das penalidades previstas na legislação caso não sejam cumpridas as obrigações citadas acima.

_____, de _____ de 20____

Assinatura do representante legal do estabelecimento